



## Ministra da Justiça admite reduzir o valor das custas

**TRIBUNAIS** Francisca van Dunem responde assim ao bastonário dos advogados que defendeu a redução do valor das taxas de Justiça

A ministra da Justiça, Francisca van Dunem, defendeu a possibilidade de alterar os custos do acesso à Justiça ao dizer estar disposta a uma análise aprofundada da questão com a Ordem dos Advogados (OA). "O governo está aberto a discutir essa questão. Tínhamos criado um grupo de trabalho para fazer a análise global dessa questão, que foi suspenso, devido à transição na Ordem dos Advogados, que é um parceiro relevante", disse Francisca van Dunem.

O novo bastonário da OA, Guilherme Figueiredo, defendeu recentemente "uma diminuição acentuada das custas judiciais", considerando que estas atingem "valores insuportáveis". Francisca van Dunem anunciou que vai reunir-se com o novo bastonário, comentando que "tem de haver uma análise aprofundada de todas as componentes que isso envolve".

A ministra falava à margem da visita às instalações do Juízo de Proximidade de Sever do Vouga, reativado no início do ano, onde se deslocou para avaliar a situação daquele tribunal após a sua reabertura, juntamente com magistrados, funcionários e autarcas.

Francisca van Dunem referiu-se, a propósito dos recursos humanos, às dúvidas sobre a constitucionalidade da reafetação dos magistrados, sem o consentimento destes, observando que o Parlamento goza de soberania para tomar as decisões. "O Ministério da Justiça já prestou os esclarecimentos necessários. Apresentámos uma proposta legislativa no quadro da reforma do mapa judiciário e a decisão final coube ao Parlamento que tem o poder de decidir", disse.

Sobre os recursos humanos para os tribunais que foram reabertos, a ministra salientou que "houve a preocupação de criar todas as condições para que no dia 1 de janeiro existisse o pessoal necessário", embora reconheça existirem carências de magistrados e oficiais de Justiça. "Esta semana foi publicado o despacho de abertura de concurso para 400 oficiais de Justiça e, por outro lado, para o novo curso no Centro de Estudos Judiciários, retomando a normalidade ao nível do recrutamento", disse a ministra.